



FORÇAS ARMADAS: OS SÉCULOS DA COLÔNIA

Da sociedade escravista às disputas coloniais que forjaram o País. Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**



TRABALHO HORÁRIO, DEPOIS A ESCRAVIDÃO?

Confederações empresariais enterram debate sobre a escala 6x1. Por Marcos de Oliveira, **página 3**



MAIOR COMPETIDOR DA HISTÓRIA DO ESPORTE

Em tempos de João Fonseca, vale a pena reviver Rafael Nadal na TV. Por Philipe Deschamps, **página 4**

Governo retomará este ano 8 leilões de ferrovias

O ministro dos Transportes, George Santoro, traçou, nesta terça-feira, durante participação no programa *Bom Dia, Ministro*, um panorama dos investimentos realizados por esta gestão do Governo Federal em ferrovias no país. Para George Santoro, sem o apoio do Estado não é possível reverter o longo ciclo de desinvestimentos em ferrovias que o Brasil enfrentou. Ele afirmou que serão realizados oito leilões ainda este ano.

“A gente tinha 35 mil quilômetros de ferrovia. Construímos mais ferrovia no Império que na República. E abandonamos as ferrovias no Brasil. Hoje a gente tem 10 mil quilômetros operacionais”, revelou

Segundo George Santoro, a retomada das obras gerou um cenário de mais confiança no país. “Quando o presidente retoma o governo, a gente retoma obras que estavam paradas há anos, sonhos antigos dos brasileiros. Hoje, as pessoas voltaram a sonhar com um Brasil grande, um Brasil que tenha logística eficiente, em que a carga não vai poder custar no transporte, por exemplo, do Mato Grosso para Santos, mais caro que de Santos para Xangai. A gente precisa acabar com isso”, destacou George Santoro.

“Ainda temos que melhorar em alguns estados, como, por exemplo, Minas Gerais. Porque Minas Gerais não tinha nem metade da sua malha coberta com contrato de manutenção. A gente teve que fazer os contratos, fazer projetos, isso leva um tempinho. E a gente está melhorando para entregar um Brasil muito melhor do que recebeu”, afirmou.

Ao debater a atual realidade das ferrovias no Brasil, George Santoro ressaltou a importância da Política Nacional de Concessões Ferroviárias. Considerado um dos maiores ciclos de investimentos do setor ferroviário nas últimas décadas, a política prevê oito leilões em 2026 nos seguintes estados: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Mato Grosso, Ceará e Pernambuco.

Cerca de R\$ 160 bilhões estão sendo investidos. Os projetos integram a estratégia do Governo do Brasil para ampliar a participação do modal ferroviário na matriz logística brasileira, elevando-a dos atuais 17,7% para 34,6% até 2035, conforme metas estabelecidas no Plano Nacional de Logística (PNL 2035).



Presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, fala na CAE do Senado

BRB colocou R\$ 30 bi no Master e ao menos R\$ 8,8 bi estão perdidos

Destes valores, R\$ 2,6 bi ‘simplesmente não existem’

Auditoria interna do BRB descobriu que o banco estatal do Distrito Federal comprou R\$ 30 bilhões em títulos do Banco Master. Ao menos R\$ 8,8 bilhões podem estar perdidos e, destes, R\$ 2,6 bilhões não têm lastro, ou seja, não há nenhuma garantia real de o BRB ser reembolsado; R\$ 12,1 bilhões foram classificados como ativos irregulares ou de difícil recuperação.

O presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, confirmou os números nesta terça-feira, em audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Segundo ele, o BRB precisa de R\$ 8,8 bilhões para fazer frente a “possíveis perdas” decorrentes de negócios feitos com o banco de Daniel Vercaro.

Ainda de acordo com Souza, o “provisionamento” ou “capitalização” funcionará como uma reserva necessária para preservar o fôlego financeiro, evitando a quebra da instituição. “Eu podia colocar [na provisão de perdas] só os R\$ 2,6 bi que simplesmente não existem, mas não é só isto. Existem outros ativos frágeis que, na análise que fizemos, chegam a R\$ 8,8 bi”, explicou Souza.

Para cobrir o rombo e acalmar os correntistas e o mercado, o Governo do Distrito Federal (GDF), principal acionista do banco, com 53,7% das ações, estruturou um projeto de lei que, se aprovado pela Câmara Legislativa do DF, o autorizará a fazer um empréstimo de R\$ 6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) – uma entidade privada mantida

com as contribuições obrigatórias de bancos públicos e privados. A operação foi homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no fim de maio.

O banco negociou carência de 18 meses e juros equivalentes ao IPCA mais 4,5% ao ano para pagar o empréstimo do FGC. Souza explicou que as parcelas do financiamento deverão começar a ser pagas em 2028, em valores próximos de R\$ 95,6 milhões por mês. Segundo ele, o plano de negócios prevê que o banco ainda absorva os impactos das carteiras adquiridas do Banco Master ao longo de 2026, mas volte a registrar lucro a partir de 2027. “Em 2028, quando começarmos a pagar o empréstimo, teremos mais de R\$ 1 bilhão de lucro líquido”, acredita o presidente do BRB.

Projetos apoiados pelo Fundo de Marinha Mercante criaram 48 mil empregos em 3 anos

Entre 2023 e 2026, foram contratados R\$ 14,43 bilhões com recursos do Fundo de Marinha Mercante (FMM), para a execução de 849 obras, com impacto direto na criação de 48.708 empregos e no desenvolvimento de projetos estratégicos para a navegação e a logística nacional.

Entre os projetos em execução, destaca-se a atuação do Juruá Estaleiro e Navegação, localizado em Iranduba (AM), na Região Metropolitana de Manaus. Com mais de três décadas de atuação, a empresa desenvolve embarcações e estruturas voltadas à navegação interior, incluindo balsas, empur-

radores, rebocadores e sistemas de transbordo de cargas.

Atualmente, o estaleiro executa a construção de 108 balsas mineraleiras para a LHG Mining, empreendimento de R\$ 767,2 milhões com potencial para gerar 5.616 empregos diretos. Também está em andamento a construção de três empurradores fluviais, projeto de R\$ 327,6 milhões que deverá criar outros 2.037 postos de trabalho diretos.

“Estamos impulsionando projetos que modernizam a frota, fortalecem os estaleiros, movimentam as economias regionais e contribuem para uma logística mais eficiente, sustentável e integrada.

Esses investimentos conectam oportunidades e promovem desenvolvimento em todas as regiões do Brasil”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

Para o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier, os investimentos também estimulam cadeias produtivas locais, movimentando fornecedores, serviços especializados e mão de obra qualificada. “Os investimentos apoiados pelo Fundo geram emprego, renda e oportunidades, além de contribuir para a modernização da frota nacional e para o aumento da competitividade do transporte aquaviário”, destacou.

PIB da Rússia cresce mais de 10% nos últimos 3 anos

O PIB da Rússia cresceu mais de 10% nos últimos três anos, atingindo cerca de US\$ 2,98 trilhões, afirmou nesta terça-feira o vice-presidente do Conselho de Segurança, Dmitry Medvedev.

“Essas conquistas se devem, antes de tudo, à resiliência da nossa economia doméstica. Ninguém pode negar ou ignorar o fato de que ela manteve um desenvolvimento constante mesmo em meio às operações militares em curso”, disse Medvedev.

Medvedev ressaltou que, nos últimos três anos, o crescimento foi impulsionado principalmente pelo setor manufatureiro – em particular, a engenharia mecânica – e não pelas indústrias extrativas. A guerra na Ucrânia começou em fevereiro de 2022.

Enquanto a economia da Rússia cresce, a dos países europeus cai ou patina, mostrando que as sanções ao país de Vladimir Putin estão prejudicando mais a Europa do que a Rússia.

A Confederação da Indústria Britânica revisou para baixo suas expectativas de crescimento econômico em sua última previsão, divulgada nesta terça-feira: o PIB do Reino Unido deve crescer 1,1% em 2026 e 0,9% em 2027.

No início de junho, a OCDE reduziu suas previsões de crescimento para a Alemanha, maior economia da Europa. A Organização agora prevê que o Produto Interno Bruto (PIB) da Alemanha crescerá 0,7% este ano, uma queda de 0,1 ponto em relação à sua projeção de março.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,1800
Dólar Turismo	R\$ 5,3800
Euro	R\$ 5,9900
Iuan	R\$ 0,7637
Ouro (gr)	R\$ 713,69

ÍNDICES

IGP-M	0,84% (maio)
	2,73% (abril)
IPCA-E	
	RJ (março) 0,46%
	SP (março) 0,52%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

Forças Armadas no Brasil: os séculos da colônia

Por Pedro Augusto Pinho

O fim do período dos Felipes de Castela, com o Brasil três vezes mais extenso, com novas fronteiras terrestres, trouxe novos desafios para os governantes portugueses. Embora já houvesse um comércio de escravos africanos, impactando mais significativamente as Caraíbas, a demanda por açúcar trouxe também escravos negros para o Brasil.

Foram nos séculos 18 e 19 que a escravidão africana cresceu em proporção direta ao sucesso da produção açucareira no Nordeste, logo acrescida pelas descobertas minerais e pela produção açucareira e, posteriormente, cafeeira, no Sudeste.

A mão de obra escrava dava competitividade à produção brasileira, muito mais do que as extensões territoriais e a qualidade das terras. Interessa-nos compreender a sociedade escravista e as marcas que até hoje carregamos.

Considerando o período que vai do estabelecimento das Capitânicas Hereditárias até a recuperação do Brasil, com a restauração de D. João IV (1640), período em que as Cortes Portuguesas pouca importância deram ao Brasil, ocupadas que estavam na Conquista das Índias, o Brasil Império foi uma continuidade do Brasil Colônia, sendo, inclusive, seus governantes pertencentes à mesma família, a dos Braganças.

Dois fatores foram preponderantes na formação da sociedade brasileira e, consequentemente, na organização das Forças Armadas: o poder político dos latifúndios e os escravos trazidos da África.

Joaquim Romero Magalhães (1942–2018), professor, deputado e historiador português, trata da “triade arcaica”, vinda da Idade Média, do clero, da nobreza e do povo, não somente “hierarquizada como estável” (J. R. Magalhães, *História de Portugal*, 1997).

Importante para o quadro da sociedade brasileira é a tese de doutorado de David Grand Smith, *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620–1690* (Universidade do Texas, 1975): “Enquanto os comerciantes holandeses e ingleses consolidavam seu poder político e econômico, a classe mercantil lusitana permanecia politicamente impotente e socialmente menosprezada, apesar de seu considerável poderio econômico”.

Sob o ponto de vista militar, via-se a conjugação de esforços entre a classe colonizadora e a que se formava no Brasil, ambas escravistas e voltadas para os ganhos da produção açucareira.

Essa situação criou uma brecha na Bahia e em Pernambuco, alvo dos interesses holandeses, nos estertores do domínio espanhol no Brasil. Entre 1624 e 1625, em

Salvador e seu entorno, na Baía de Todos os Santos, e entre 1639 e 1654, em Olinda e Recife, espalhando-se ao norte, em Goiana, e ao sul, em Porto Calvo, hoje Alagoas, onde ocorreu a traição de Domingos Fernandes Calabar.

A historiadora portuguesa Maria Leonor Freire Costa (1961), professora na Universidade de Lisboa, discorrendo sobre os ciclos econômicos, antecipa para o século 17, pelo protagonismo que o açúcar alcançou no comércio luso-brasileiro, quer nos negócios fundiários, quer no envolvimento mercantil, a inserção da importação de escravos africanos. Os principais atores estão em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro, com 2/3 das operações no primeiro.

Efetivamente, o Brasil Colonial tem início em 29 de março de 1549, quando Tomé de Souza aportou à cidade de Salvador, na Baía de Todos os Santos, adquirindo a Capitania de Francisco Pereira Coutinho. E, para cuidar dessa colônia, vieram duas autoridades civis – o ouvidor-mor, para negócios da polícia e justiça, e o provedor-mor, para arrecadar tributos e enviar recursos à Coroa; uma autoridade militar – o capitão-mor da costa, para vigiar e guardar o litoral, com 600 homens de armas; e seis jesuítas, sob direção de Manoel da Nóbrega, para divulgar a fé católica, promover a instrução e os cuidados das famílias.

Se a falha na defesa da nova descoberta era atribuída à desunião entre as Capitânicas, tratou o rei Sebastião (1568–1578) de instituir a obrigatoriedade da defesa comum, em 1570, juntando as remanescentes capitânicas aos territórios afetos ao Governo-Geral.

Carl Friedrich Philipp von Martius (1794–1868), médico, botânico e antropólogo alemão, dos mais importantes que estudaram o Brasil, deixou-nos, entre outras, duas obras referenciais para o interesse deste artigo: *Como se deve escrever a História do Brasil* (1843) e, com o cientista alemão Johann Baptist von Spix (1781–1826), *Viagem pelo Brasil*, sobre a expedição realizada entre 1817 e 1820.

A respeito das milícias instituídas por D. Sebastião, escreveu von Martius: “A influência dessas milícias é grande e importante por dois motivos: por uma parte, fortaleciam e conservavam o espírito de empresas aventureiras, viagens de descobrimentos e extensão do domínio português; por outra, favoreciam o desenvolvimento de instituições municipais livres e de certa turbulência e até desenfreamento de cidadãos, capazes de pegar em armas em oposição às autoridades governativas e às poderosas ordens religiosas. De outro lado, achamos também nisso a causa dos sucessos das armas portuguesas contra diversos invasores: os franceses no Maranhão e Rio de Janeiro, e os holandeses em uma grande parte da costa oriental”.

Há um entendimento generalizado de que o serviço militar foi e é a única força capaz de manter a indivisibilidade do Brasil, sem que aqui ocorresse a fragmentação observada no mundo hispano-americano. Mesmo com as duas divisões em dois governos gerais – um na Bahia e outro no Rio de Janeiro, em 1572–1578 e, posteriormente, em 1608–1612 – e, também, quando houve a fundação de um estado independente – o Estado do Maranhão (1621–1774), inicialmente com capital em São Luís, depois transferida para Belém (Pará) –, sempre com o pretexto de facilitar a administração e a defesa.

Da sociedade escravista às disputas coloniais que forjaram o País

Por todo esse período, que vai até tangenciar o século 18, houve um fenômeno que a escravidão negra e o Império destruíram, a união das três raças, forjadas na guerra e na vitória: os brancos – o português Barreto de Meneses e os brasileiros Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros –, o índio Felipe Camarão e o negro Henrique Dias.

Transcrevemos da 1ª Conferência do capitão Genserico de Vasconcelos, em 1920, as consequências da reconquista de terra brasileira para Portugal, após a retomada da Holanda:

“Só em 1661 foi assinado o Tratado de Haia, entre Portugal e Holanda. Portugal pagou à Holanda, pela sua desistência à posse do Brasil, cinco milhões de cruzados. Na mesa das negociações, nada podia Portugal reclamar nem impor condições: a libertação tinha sido obtida pela própria colônia, e a Holanda dominava os mares com suas esquadras. Os cinco milhões de cruzados valiam muito menos que a liberdade do mar por onde Portugal devia estender a sua mão forte e reentrar na posse política e administrativa da colônia, seriamente abalada pelo domínio espanhol (recordar 1581–1640) e pela consciência de sua própria força, tão brilhantemente provada na expulsão dos holandeses.”

As transformações

Escrevendo sobre os Estados Unidos da América (EUA), o historiador nova-iorquino Ray Raphael (1943) afirma, em *Mitos sobre a fundação dos Estados Unidos*, na “Introdução: Inventando o Passado”:

“Quando os colonos do outro lado do Atlântico chegaram ao litoral leste da América do Norte, sentiram que estavam em território desconhecido. Do Velho Mundo importaram as tradições que os definiam como povo, já que o Novo Mundo, que trata-

vam como uma lousa em branco, parecia não ter história própria. Lentamente, durante mais de um século e meio, os colonos desenvolveram em casa as suas histórias locais. Elas se mantiveram separadas e distintas até que, de repente, como um evento cataclísmico, se fundiram”.

E prossegue: “Os Estados Unidos têm uma fundação claramente definida, obra de uma única geração. A maioria das nações não é tão afortunada”. E discorre sobre os séculos da construção da Grã-Bretanha, da China, do México e até se refere ao Canadá, que “se transformou em nação de forma tão branda que mal tem uma história para contar”.

Portugal teve um estadista, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699–1782), revelado no reinado de Dom José, o Reformador, 25º rei (1759–1777).

O historiador dessa época foi Nuno Gonçalo Pimenta de Freitas Monteiro (1955), cuja dissertação de doutorado recaiu sobre *O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750–1834)*, de 1995. E este assinala as divergências que a figura de Pombal sustenta, com verdadeiras contradições encontradas em Kenneth Maxwell (a mais dramática reformulação), em Laura de Mello e Sousa (equilíbrio do Império), em António Manuel Hespanha (ruptura com o passado), até simplesmente resultantes das crises do Estado e das finanças, atingindo Portugal e Brasil, ao tempo que os EUA se separavam da Grã-Bretanha (1776).

Retomemos as sempre consistentes reflexões de António Sérgio: “Pombal estrangeirara-se”, “aprendera a conhecer e a avaliar Portugal por comparação com a Europa culta”. Mas o acaso é muitas vezes um amigo, por destruidor que seja. Pombal inicia seu poder com o terremoto de Lisboa (1º/11/1755): “Enterrar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos”. Assim poderoso, pôde lançar seu ódio aos jesuítas. Em 15/5/1758, proibiu o comércio aos jesuítas. A tentativa à vida real deu pretexto para a supressão da Companhia de Jesus, cúmplice do regicídio (3/9/1758) e, ao fim, com bens confiscados, o que valeu importante soma ao Tesouro, em 3/9/1759, são expulsos de Portugal.

Provavelmente foi a instrução que mais ganhou com a expulsão dos jesuítas, pois a educação para a salvação das almas não construíra bases para o civismo e o desenvolvimento técnico-científico.

Escreveu Alexandre Herculano, na *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1854 a 1859): “Quando os diamantes e o ouro do Brasil vinham inundar Portugal de riquezas... então era preciso entulhar de frades, de capelães, de cônegos, de mensenhores, de principais, de escribas, de desembargadores, de caturras, de rimadores de epitalâmios e de

elegias, o insoldável sorvedouro das inutilidades públicas. Como de outro modo devorar as entranhas da América? Esta era a grande indústria portuguesa de então; para ela se deviam organizar os estudos. O Tesouro do Estado substituíra a ação dos homens. Com agentes espertos para vender diamantes na Holanda e obreiros hábeis para cunhar ouro nos paços da moeda, estavam supridos trabalhos, educação do povo, atividade, tudo”.

Morto D. José, ficou Pombal sem protetor e com muitos desafetos. Assumem o Reino, em 1777, Dona Maria I (1734–1816), carola militante, e D. Pedro III (1717–1786), que tratam de concluir o tratado de paz e limites, numa troca-troca de ilhas e colônias com a Espanha e destituir Pombal. Velho, fatigado e desiludido, falece em sua quinta, em Leiria, a 8/5/1782.

Entre 1789 e 1799, iniciado na França, um movimento libertário correria o mundo ocidental: a Revolução Francesa. Precedido de manifestações de intelectuais, cientistas e escritores desde o século 17, foi-se construindo o que se denominou Iluminismo: a vitória da razão e da ciência sobre a fé e a tradição, a demonstração objetiva sobre a crença espiritual. As batalhas decorrentes da Revolução Francesa, a substituição de governanças e governantes chegariam a Portugal e ao Brasil, aqui com a intensidade de ver transformada a cidade do Rio de Janeiro em sede do Império Português.

Escreve António Sérgio: “A filha mais velha de D. José, D. Maria I, casada com o tio D. Pedro, era, qual seu marido, de muito fraca inteligência, mas não foi o tempo de seu reinado, como se disse tantas vezes, só o de uma reação da estupidéz contra as luzes do anterior”. Orientada pelo príncipe D. João, futuro D. João VI, soube manter o Império nos dois continentes.

Em 20/3/1816, morre a rainha; o regente é proclamado rei, mas permanece no Brasil. Descontentes, os portugueses convocam uma assembleia para nova Constituição, obrigando o retorno do monarca e a entrega do Brasil ao filho Pedro. Os radicais portugueses, muito liberais para consigo, mas pouco para com o Brasil, levam D. Pedro a proclamar a Independência do Brasil.

Quando o general português Jorge de Avilez pretendeu forçar D. Pedro a retornar a Portugal, as tropas regulares brasileiras, os milicianos e os patriotas cercaram-no no Morro do Castelo e o obrigaram a capitular.

Forma-se, então, o poder naval brasileiro, com Lord Thomas Cochrane (1775–1860), John Pascoe Greenfell (1800–1869), imediato de Cochrane, e John Taylor (1789–1855), veterano da Marinha Britânica. Com essa força, dominaremos o mar na América do Sul até a República

Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A

Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001

São Paulo - SP - Brasil

Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial

Adhemar Mineiro

José Carlos de Assis

Maurício Dias David

Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br

twitter.com/sigaomonitor

redacao@monitormercantil.com.br

publicidade@monitor.inf.br

monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00

Plano anual: 12 x R\$ 40,00

Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Depois do trabalho horário, volta da escravidão?

As confederações empresariais lançaram um manifesto, em que dizem falar em nome de centenas de sindicatos e associações, contestando (de forma camuflada) o fim da escala 6x1 e defendendo a adoção do trabalho horário, para o benefício de seus “colaboradores”. Fica-se na dúvida se um espírito socialista desceu sobre os empresários ou se o objetivo final é a volta da escravidão.

A defesa da PEC bolsonarista que libera a contratação por horas trabalhadas (por que não minutos?) e a livre negociação entre lobos e cordeiros foi a forma encontrada pela ala menos dinâmica do empresariado para se opor ao fim da escala 6x1.

O debate poderia ser travado de forma proveitosa, defendendo, por exemplo, um prazo maior de transição, ao menos para alguns setores. Mas a elite brasileira que vive no século 19 prefere enfiar a cabeça no buraco, tal qual avestruz, e apoiar o bolsonarismo diante de qualquer aceno na melhoria de vida dos trabalhadores.

O que a PEC do trabalho horário busca é terminar o que foi iniciado na Reforma Trabalhista de Temer e sepultar a CLT. Vale lembrar que as mudanças feitas no governo pós-golpe em Dilma Rousseff criou o trabalho intermitente, que já prevê o pagamento por horas trabalhadas e que é um fracasso, com baixa adesão e quase nenhum emprego criado.

Propor ao “colaborador” optar entre trabalhar de sol a sol ou passa fome é um escárnio. Do jeito que falam as confederações, fica-se com a impressão que o trabalhador brasileiro ganha uma fortuna mensalmente e pode se dar ao luxo de trabalhar – e ganhar – menos.

O escárnio é ainda maior vindo de entidades que trabalharam para extinguir receita dos sindicatos dos trabalhadores e passaram a depender, em boa parte, da verba paga compulsoriamente pelas empresas ao Sistema S (que reluta em devolver o que recebeu a mais, como mostrado nesta coluna).

Como falado anteriormente, essa seria uma oportunidade para se debater ganhos sociais e de produtividade; estes dependem de uma série de fatores, o principal deles, o investimento e renovação e tecnologia nas empresas – mas este debate, que prosseguiremos amanhã, passa longe do manifesto das confederações.

Réquiem

Sem choro nem vela, os classificados de *O Globo* deixaram de ser publicados – ao que parece, definitivamente.

Mick Jagger

Depois de 2 vitórias fora de casa nas finais do basquete, o NY Knicks perdeu para o SA Spurs em Nova York. Na audiência, saudado com sonoras vaias, Donald Trump.

Rápidas

O vice-presidente do Instituto dos Advogados do RS, César Vergara de Almeida Martins Costa, participará, nesta quinta-feira, do IV Webinar em Investigação de Estudos Políticos e Humanitários, promovido pela Universidade Fernando Pessoa, em Porto (Portugal). Inscrição em ufp.pt/iv-webinar-em-investigacao-de-estudos-politicos-e-humanitarios *** Nesta quarta-feira, 16h, o professor e advogado especialista em Direito Ambiental Paulo de Bessa Antunes participará da campanha do Ibama no mês de conscientização sobre Educação Ambiental em um bate-papo sobre o seu livro *Povos Indígenas e Tribais*, na sede da Superintendência do Ibama (Praça XV de Novembro, 42 – Sala Capivara – 8º andar – Centro, RJ).

Poupança: depósitos superaram em R\$ 2,6 bilhões os saques em maio

Primeira vez, neste ano, que registra entrada líquida

O saldo da aplicação na caderneta de poupança subiu em maio deste ano, com registro de mais depósitos do que saques. As entradas superaram as saídas em R\$ 2,6 bilhões, de acordo com relatório divulgado nesta terça-feira pelo Banco Central. No mês passado, foram aplicados R\$ 368,4 bilhões, contra saques de R\$ 365,8 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R\$ 6,2 bilhões. O saldo da poupança é de pouco mais de R\$ 1 trilhão.

Esta é a primeira vez, neste ano, que a poupança tem entrada líquida. Nos úl-

timos anos, a caderneta vem registrando mais saques que depósitos. Em 2023 e 2024, as retiradas líquidas foram de R\$ 87,8 bilhões e R\$ 15,5 bilhões, respectivamente. No ano passado, o saldo negativo da poupança chegou a R\$ 85,6 bilhões.

Nos primeiros cinco meses deste ano, a caderneta já acumula R\$ 39,1 bilhões em retiradas líquidas. Entre as razões para os saques está a manutenção da Selic – a taxa básica de juros – em alta, o que estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho.

De junho de 2025 a março deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior ní-

vel em quase 20 anos.

Na última reunião, no mês de abril, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC fez um corte de 0,25 ponto percentual na Selic, pela segunda vez, para 14,5% ao ano.

Apesar das tensões causadas pela guerra no Oriente Médio e das expectativas de inflação em alta, a autoridade monetária manteve o ciclo de redução da taxa básica, mas não deu pistas sobre a evolução dos juros.

A Selic é o principal instrumento do BC para garantir que a meta de 3% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência

oficial da inflação no país, seja alcançada. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Em abril, o preço dos alimentos pressionou a inflação oficial, que fechou em 0,67%.

Segundo a Agência Brasil, o IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,39%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ainda dentro do teto da meta de inflação. A inflação de maio será divulgada na próxima sexta-feira pelo IBGE.

Rioprevidência reverterá recursos de custeio para benefícios

O Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência) divulgou nesta terça-feira uma medida que destina recursos excedentes do fundo que custeia suas despesas para o pagamento de benefícios previdenciários. A autarquia também anunciou que adota critérios mais conservadores em investimentos.

O órgão é responsável por administrar e garantir o pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais do Rio de Janeiro e foi recentemente citado no Caso Master pela suspeita de compra irregular de bilhões em letras de crédito.

Segundo o Rioprevidência, com a nova regra, ao fi-

nal de cada mês, os valores do Fundo Administrativo que superarem 150% das despesas da autarquia nos 12 meses anteriores serão revertidos para o pagamento de aposentadorias e pensões.

A medida foi aprovada pela diretoria executiva do instituto no último dia 2 e a expectativa é que cerca de R\$ 100 milhões terão essa nova destinação até o fim deste ano. A regra será submetida ao Segundo a Agência Brasil, a Conselho de Administração do Rioprevidência, que tem sessão ordinária agendada para o final do mês de junho. O diretor-presidente, Felipe Derbli, afirma que, além de reforçar o pagamento dos benefícios, a medida funcionará como um mecanismo de limitação das despesas para o futuro.

A diretoria executiva também decidiu que os investimentos do Fundo Administrativo seguirão critérios mais conservadores, de curto prazo e de maior liquidez. O objetivo da autarquia é ter maior segurança na aplicação dos recursos do fundo, impedindo investimentos de maior risco.

“Não há sentido em submeter os recursos do custeio administrativo do Rioprevidência a investimentos de longo prazo, naturalmente mais arriscados”, afirmou Felipe Derbli.

Aplicações no Master

No dia 26 de maio, a Polícia Federal realizou a oitava fase da Operação Compliance Zero, com a finalidade de investigar o envolvimento do

ex-governador Cláudio Castro na aplicação irregular de cerca de R\$ 3 bilhões do fundo de previdência dos servidores fluminenses em Letras de Crédito e fundos do Banco Master.

De acordo com relatório parcial da PF, entre outubro de 2023 e julho de 2024, a Rioprevidência realizou aportes de R\$ 970 milhões em Letras Financeiras do Banco Master. As informações foram recebidas pelo ministro do STF André Mendonça, relator do Caso Master.

Posteriormente, de dezembro de 2024 a outubro de 2025, diante de entraves regulatórios, foram realizados novos aportes em fundos estruturados pelo mesmo grupo, na ordem de R\$ 2,01 bilhões.

Senado analisa uso de fundo do pré-sal para financiar dívidas do agro

O plenário do Senado deve analisar, nesta quarta-feira, o Projeto de Lei 5.122 de 2023 que destina recursos do Fundo Social do Pré-Sal para financiar dívidas de agricultores que perderam parte da safra devido a calamidades climáticas. O governo se manifestou contrário ao parecer do relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), porque ele não acolheu demandas apresentadas pelo Ministério da Fazenda para modificar o texto que veio da Câmara dos Deputados.

O PL, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado no final de maio, ainda prevê o uso de receitas de

outros fundos, como os de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO).

O pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep) Iago Montalvão avalia que o PL pode prejudicar o programa Minha Casa Minha Vida, que vem sendo financiado pelo Fundo do Pré-Sal.

“O fundo vai virar, por dois anos pelo menos, um instrumento de subsídio do agronegócio. Isso inviabilizaria as demais políticas, como de habitação social. Nós não sabemos o valor que será destinado às dívidas do setor. Mas pode inviabilizar qualquer outro uso que não

vá para a educação”, avalia. Atualmente, 50% do Fundo do Pré-sal devem ir para a educação. A outra metade é dividida entre áreas como habitação social, saúde, ciência e tecnologia, cultura e esporte.

Procurado pela reportagem para comentar o possível impacto do PL para o Minha Casa Minha Vida, o Ministério das Cidades informou que não se manifesta sobre projetos em tramitação no Parlamento.

Segundo a Agência Brasil, estima-se que Fundo do Pré-Sal tenha contribuído com cerca de R\$ 35 bilhões para o Minha Casa Minha Vida entre 2025 e 2026, permitindo aumentar a meta do programa, na atual gestão, para 3 milhões

de residências até o final de 2026.

O texto que chegou da Câmara dos Deputados previa entre R\$ 30 bilhões e R\$ 100 bilhões para financiar dívidas de agricultores. Porém, o senador Renan Calheiros transferiu, para o Poder Executivo, a definição do limite de gastos com o refinanciamento do agro.

O economista Iago Montalvão considera que o governo será pressionado a destinar um valor alto para refinar essas dívidas.

A Agência Brasil procurou a assessoria do relator Renan Calheiros, mas não obteve retorno até o fechamento desta reportagem.



CULTURA & VARIEDADES

Philippe Deschamps
Jornalista, mestre em
Administração e doutorando
em Comunicação

O maior competidor da história do esporte

A ótima campanha do carioca João Fonseca em Roland Garros, com direito a uma vitória épica de virada sobre o sérvio Novak Djokovic, tirou um pouco o foco da seleção brasileira e de Neymar às vésperas da Copa do Mundo. Para os amantes de tênis, teve mais coisa para desviar a atenção do time de Carlo Ancelotti. A Netflix aproveitou a disputa do mais tradicional torneio de saibro do mundo para lançar a minissérie documental *Rafá*.

São quatro episódios que acompanham o último ano do tenista Rafael Nadal no circuito mundial, em 2024, quando ele se aposentou com números que dificilmente serão superados. O maior deles: 14 títulos em Roland Garros, 112 vitórias e apenas 4 derrotas em 20 anos (duas para Djokovic; uma para Robin Söderling; e a última, em sua despedida, para Alexander Zverev, campeão no último domingo em Paris). Confesso que não conheço ninguém que tenha vencido 14 vezes nem o torneio de futebol de botão do condomínio. Você conhece? Imagina um Grand Slam.

Nadal tem mais títulos no saibro (63) do que derrotas acumuladas nessa superfície (51) em 20 anos de carreira. Dirão alguns que é coisa divina. Nunca vi o espanhol falar sobre isso, mas basta assistir ao documentário para ter certeza de que ele não concorda nem um pouco com isso. É da mesma turma de Oscar Schmidt, que odiava o apelido de “Mão Santa”. Nada caiu dos céus, dizia o maior cestinha da história das Olimpíadas.

Assim como o nosso saudoso jogador de basquete, o talento de Nadal foi moldado às custas de muito treino, disciplina e uma obstinação que o qualifica como o maior competidor da história dos esportes – de todos eles. Ouvi isso certa vez de Bernardinho, o multicampeão do vôlei. E, convenhamos, difícil discordar dele nesse quesito.

A minissérie faz questão de reforçar isso desde o início. A produção vai alternando os bastidores da temporada 2024 com os momentos mais marcantes da carreira do tenista, desde o início, quando ele venceu o americano Andy Roddick, então número 2 do mundo, na Copa Davis, aos 18 anos. Longe de se limitar aos títulos e conquistas que o transformaram em uma lenda do tênis, o documentário mostra a relação importante do atleta com seu tio e técnico desde criança.

Com postura rígida e permanente inconformismo, Toni Nadal moldou o sobrinho à base de muito sofrimento e da busca incessante pelo limite. Ainda criança, Nadal não podia beber água na primeira hora de treino. “É para aprender a sofrer um pouco”, dizia Toni. Durante um torneio, o menino quebrou um dedo da mão. O tio mandou continuar e ele foi campeão.

O fisioterapeuta do jogador faz coro: “Ele gosta de sofrer para ter a sensação de que se esforçou ao máximo”. “Nunca fui para casa chorando ou reclamei com meu pai. Sabia que Toni queria o melhor para mim e que deveria ser desse jeito”. Hoje em dia, talvez o técnico fosse cancelado pela rigidez com um adolescente.

Sempre no limite

Nadal aprendeu com Toni a ir além do limite em todos os treinos, em todos os pontos, em todos os jogos, em todos os campeonatos, mesmo que essa busca infundável fosse prejudicial ao seu corpo. “Tive que tomar decisões sobre minha saúde em que a linha entre o certo e o errado era sempre muito tênue. Não tivesse me forçado a ultrapassar essa linha, eu teria 10 ou 12 títulos de Grand Slam a menos. Não estou falando de um ou dois”.

Ele diz isso com a dor de quem, desde o começo da carreira, conviveu com um problema crônico no pé e lesões recorrentes no joelho. Jogou, por anos a fio, muitas vezes contra a recomendação médica, à base de anti-inflamatórios e, em casos extremos, um tipo de anestesia no pé. O excesso de medicamentos causou duas perfurações no intestino, com as quais convive até hoje.

Relatos como esse constroem um retrato humano de um esportista enorme, que precisa lidar com a passagem do tempo, a dor das lesões e a difícil decisão sobre o momento de encerrar uma das maiores trajetórias da história do esporte. O filme não traz uma narrativa triunfalista, muito comum às produções esportivas. Mostra um Nadal vulnerável, cercado pela família e por uma equipe de profissionais que sabem exatamente o tamanho do legado do atleta.

Rafa sabe que sofreu demais, mas encerrou a carreira em paz, com a consciência tranquila sobre as escolhas que fez desde que pegou uma raquete pela primeira vez, aos quatro anos. “Não há um só caminho para o sucesso e talvez não seja necessário sofrer tanto como eu sofri, mas segui o meu caminho, aquele que Toni traçou para mim. E acredito que foi o certo. No final das contas, não sou um vencedor. Sou um competidor”. Simples, né? Apenas o maior competidor que já existiu no esporte: Rafael Nadal.

Para dicas e textos sobre filmes, séries e documentários, siga o perfil de Philippe Deschamps no Instagram: @ph_deschamps

Febre das figurinhas da Copa esbarra na realidade financeira dos brasileiros

A proximidade da Copa do Mundo de 2026 já começa a movimentar o consumo entre os brasileiros, principalmente em produtos ligados à experiência da competição, como álbuns de figurinhas, camisas da seleção e confraternizações para assistir aos jogos. Pesquisa realizada pela fintech meutudo mostra que, apesar do interesse pelo evento, o consumidor segue atento ao orçamento e aos impactos financeiros desses gastos.

O levantamento, realizado com mais de cinco mil participantes nos canais da fintech, revela que 46% dos entrevistados pretendem completar o álbum da Copa de alguma forma, enquanto 31% afirmam que podem gastar mais de R\$ 500 apenas com álbum e figurinhas. Entretanto, metade dos entrevistados afirmam que pretendem limitar os gastos a até R\$ 100.

O tema ganhou ainda mais repercussão após viralizar nas redes sociais o caso de uma mãe que comprou 14 mil figurinhas para ajudar o filho a completar o álbum da Copa, reacendendo discussões sobre os custos envolvidos nesse tipo de consumo entre famílias e fãs do torneio.

Importante frisar que o álbum é vendido por R\$ 24,90, com capa dura R\$ 74,90 e os pacotes de figurinhas R\$ 7,00. Estes vêm com sete unidades cada. Dessa forma, o custo total para completar o álbum pode chegar a marca de R\$ 1 mil.

Porém, é impossível completar o álbum sem que o colecionador tire figurinhas repetidas. Nesse caso, cálculos de especialistas mostram que o gasto para completar o álbum pode ser de até cerca de R\$ 7,36 mil.

O salário mínimo nacional em 2026 é de R\$ 1.621,00.

Alimentação

Além do álbum, a pesquisa mostra que alimentação e bebidas lideram a intenção de gastos durante a Copa, citadas por 35% dos participantes. Ainda assim, 41% afirmam que não sabem exatamente com o que irão gastar no período dos jogos.

Produtos e serviços mais caros no Dia dos Namorados

Levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), com base em 25 produtos e serviços do Índice de Preços ao Consumidor - Mercado (IPC-M), do FGV IBRE, apontou um aumento médio de 3,58% nos últimos 12 meses nos preços dos itens mais procurados para o Dia dos Namorados. Esse índice representa praticamente a mesma proporção da inflação geral apurada no mesmo período, que foi de 4,05%.

O levantamento mostrou também que a inflação dos serviços subiu 6,11%, sendo a alta puxada pelos restaurantes, cujo preço avan-

çou 7,38%. Outros itens da cesta de serviços que mais sofreram aumento foram: salão de beleza (6,68%), teatro (6,65%) e hotel (2,55%). Apenas o show musical praticamente não registrou variação (+0,06%) entre os serviços analisados, enquanto os demais mantiveram pressão inflacionária.

O economista do FGV IBRE Matheus Dias avalia esse cenário: “O cenário de 2026 mostra uma aceleração clara da inflação de serviços, puxada sobretudo por restaurantes e salão de beleza, refletindo a persistência de pressões salariais e a robustez da demanda por lazer e cuidados pessoais. Mesmo com a política monetária ainda em patamar

restritivo, com taxa de juros elevada, o setor de serviços continua sendo o principal vetor inflacionário da cesta do Dia dos Namorados”, destacou.

Pelo lado dos produtos mais comumente escolhidos como presente, a cesta teve um aumento médio de 1,32%. As maiores altas vieram principalmente dos cosméticos e cuidados pessoais: bombons e chocolates (10,98%), shampoo, condicionador e creme (7,95%), produtos para barba (6,39%) e sabonete (5,68%). Por outro lado, alguns produtos apresentaram alívio: bijuterias em geral (-4,22%), perfume (-2,83%) e aparelhos celulares (-1,04%) registraram

as maiores quedas entre os produtos selecionados.

O economista destaca o comportamento atual desses produtos: “Em relação ao ano passado, quando o dólar mais valorizado pressionava amplamente tanto produtos quanto serviços, observamos em 2026 um movimento mais seletivo. O chocolate segue caro por razões estruturais ligadas à oferta de cacau, mas com alta menor do que a registrada em 2025, já que o cenário de oferta, apesar de estar melhorando, ainda está longe de normalizado. Por outro lado, perfume e bijuterias registraram deflação, sinalizando algum alívio cambial e normalização de estoques”, explicou.

Segundo Aldo Gonçalves, presidente do CDL-Rio e do

Festas juninas devem esquentar vendas do comércio carioca

Os lojistas cariocas especializados em produtos para festas juninas estão otimistas com o aumento do movimento nas lojas, esperando um incremento de até 2% nas vendas até o final de junho. A pesquisa do Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-Rio) e do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (SindilojasRio) revelou essa expectativa após ouvir lojistas especializados da cidade entre os dias 26 e 31 de maio.

De acordo com os lojistas, trajes típicos, roupas completas, peças com estampa xadrez, lenços, chapéu de palha, sapatos, botas e sandálias de couro, adereços (fitas e rendas), bandeirinhas, lanternas, balões, cestos, peneiras e produtos de decoração, artefatos juninos (bombinhas, estalinhos, etc) e prendas, a exemplo do ano passado, deverão ser os produtos mais vendidos.

O preço médio das compras será em torno de R\$ 120 e os clientes devem utilizar o cartão de crédito parcelado

como forma de pagamento, seguido de cartão de débito, Pix e dinheiro. Há segmentos que estimam tíquete médio de até R\$ 200 como o de roupas e acessórios, artigos pessoais e decoração. A pesquisa mostra também que os lojistas estão apostando na promoção, pagamento facilitado, descontos e kit promocionais como forma de atrair mais clientes. Foram pesquisadas lojas do Centro (45%), zonas Norte (25%), Oeste (18%) e Sul (12%).

Segundo Aldo Gonçalves, presidente do CDL-Rio e do

envolvimento emocional forte que impacta o consumo, principalmente em itens ligados à experiência e ao entretenimento. Por isso, o planejamento financeiro se torna importante para que esses gastos não comprometam o orçamento no futuro”, afirma.

A pesquisa também mostra interesse significativo pela camisa oficial da Seleção Brasileira. Entre os participantes, 41% afirmam que pretendem comprar o item, enquanto outros 28% dizem que avaliam a compra caso o valor esteja dentro do orçamento.

Segundo o executivo, os dados mostram que a Copa de 2026 deve impulsionar o consumo em diferentes categorias, mas com um comportamento mais consciente e sensível a preço por parte dos brasileiros. “Os grandes eventos esportivos devem impulsionar o consumo em diferentes segmentos, mas observamos um consumidor mais cauteloso, que pesquisa mais, compara preços e busca equilibrar entretenimento e planejamento financeiro”, explica o executivo.

Para Marcio Feitoza, CEO da meutudo, eventos como a Copa costumam gerar maior envolvimento emocional dos consumidores, o que exige atenção ao planejamento financeiro.

“A Copa movimenta muito mais do que os campeonatos nacionais. Existe um

SPE SÃO FRANCISCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ Nº 20.831.148/0001-85

Edital de Convocação

Assembleia Geral de Debenturistas. Fica o debenturista único da SPE São Francisco Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), nos termos da Lei nº 6.404/76 e do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação" da Companhia ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), convocado pelo Agente Fiduciário para a Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no dia 17/06/2026, às 15h (AGD), a qual será realizada de forma exclusivamente eletrônica, por meio de videochamada, que poderá ser acessada a partir do link <https://teams.microsoft.com/join/356713103864588?p=GzxDRVXiP05i4HomfB>, para deliberar a respeito da ordem do dia abaixo: (i) deliberar sobre a extinção da Emissão, bem como autorizar o Agente Fiduciário a praticar todos os atos necessários à sua formalização, inclusive a outorga dos instrumentos de liberação das garantias constituídas no âmbito da Escritura de Emissão; (ii) caso não seja aprovado o item (i) acima, deliberar sobre a substituição do atual Agente Fiduciário da Emissão, com a eleição de novo agente fiduciário; e (iii) não sendo aprovado o item (ii) acima, deliberar sobre a autorização para que a Companhia ou o Agente Fiduciário submeta à Comissão de Valores Mobiliários - CVM pleito relacionado à dispensa de contratação de novo agente fiduciário para a Emissão, bem como para adotar os procedimentos eventualmente necessários à obtenção de tal autorização. A AGD somente será instalada com a presença do debenturista único, que poderá ser representado por procuradores legalmente constituídos há menos de 1 ano. O debenturista único ou procuradores, deverão participar da AGD munidos de documento de identidade e/ou comprovação de poderes, conforme aplicável, cujas cópias poderão ser enviadas antecipadamente para o Agente Fiduciário, através do e-mail juridico.admfiduciaria@apexgroup.com. São Paulo/SP, 08/06/2026. BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

HTK LENTES OFTÁLMICAS S.A.

CNPJ/MF nº 19.300.038/0001-08

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os acionistas da HTK LENTES OFTÁLMICAS S.A. convocados para AGO a ser realizada no próximo dia 16 de junho de 2026 às 11h da manhã, na sua sede social, à Rua Sinimbu, nº 486, São Cristóvão, com a seguinte ordem do dia: 1 - Deliberar sobre a forma de lavratura da ata (em sumário); 2 - Deliberar sobre o balanço da Companhia, levantado por referência à 31 de dezembro de 2025. 3 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme publicadas no jornal Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte V do dia 31 de março de 2026, em sua edição impressa e digital; 4 - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 5 - Deliberar a eleição da Diretoria; e 6 - Decidir o montante global anual da remuneração dos administradores.

Diretores

Diego Henrique Hirsch de Merlo Bessa e Rodrigo Ferraz Hirsch

REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.

CNPJ nº 02.270.689/0001-08 - NIRE: 33.3.0016653-0

Certidão da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29/05/2026: Data, Horário e Local: Aos 29/05/2026, às 12:00h, na sede social da Companhia localizada na Praia de Botafogo, nº 300, sala 501, Botafogo, na Cidade e Estado do RJ, Brasil. **Mesa:** Sr. Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Sra. Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. **Convocação e Presença:** Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio (5ª parcela de 2026). **Deliberações Aprovadas:** Os acionistas aprovam por unanimidade de votos, conforme recomendação do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio (5ª parcela de 2026) no valor de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), a ser registrado nas demonstrações financeiras da Companhia em maio/2026 e a ser pago em ou antes de 30/06/2026. **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia Geral pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. Repsol E&P S.à r.l., Repsol Exploración Inversiones, S.L.U. e TipTop Luxembourg S.à r.l. Certifico e atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no livro próprio da Companhia. RJ, 29/05/2026. **Secretária da Mesa:** Carolina Assano Massocato Escobar. Jucerja nº 7816659 em 03/06/2026.

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11 - NIRE 33.3.0015453-1

Certidão

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03/02/2026, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o número 00007758739, em 08/05/2026. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário - Geral.

AVISO DE LEILÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/RJ, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 14 de julho de 2026, às 10h, realizará leilão na forma on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, cujos proprietários já foram notificados, tendo como leiloeiros o Sr. SÉRGIO LUIS REPRESAS CARDOSO devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 150, e o Sr. DAVI DA SILVA MATTOS devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 257. A cópia do Edital poderá ser consultada através dos sites www.eblonline.com.br, <https://www.saogoncalo.rj.gov.br/meio-ambiente-e-transportes/publicacoes/>, www.sergiorepresasleiloes.com.br.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Carlos Eduardo Pimentel das Neves Reis - Juiz Auxiliar do Cartório da 1ª Vara especializada em Pessoas Idosas da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER a quantos este edital virem e de conhecimento tiverem, que por sentença deste Juízo nos autos da ação nº 0036578-80-2025.8.19.0001, foi decretada a Interdição de JOSÉ GOMES RIBEIRO LOBO, CPF nº 098.876.017-72 e nomeado como curador MARCELO RODRIGUES LOBO, CPF nº 004.808.427-10. Este edital será publicado por três vezes com intervalo de 10 (dez) dias, no Órgão Oficial. Rio de Janeiro, 16/04/2026; Eu, Elaine Cassia Souza da Silva - Chefe de Serventia - Matr. 01/14547, o subscrevo.

Superintendências da CVM passarão por mudanças

Objetivo: novo ciclo de crescimento na regulação das finanças digitais

O recém-empossado presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo, mudou a titularidade de seis superintendências da autarquia. Também houve alteração na Superintendência-Geral. A primeira mudança no cargo foi comunicada na noite desta segunda-feira (8).

Na agenda regulatória, a CVM iniciará nos próximos cem dias um processo de discussão pública dos pilares do marco regulatório da tokenização, com espaço para contribuições do mercado, de investidores e da sociedade. A autarquia informou que os nomes dos novos titulares das superintendências objeto das mudanças serão divulgados em breve. As mudanças se concentram em áreas que não são responsáveis diretas pela fiscalização do mercado de valores mobiliários.

A indicação dos cargos é decisão direta do presi-

dente da autarquia, e são responsáveis pela coordenação de áreas a eles subordinadas, sejam elas voltadas para a administração da autarquia ou para a realização das suas atividades de fiscalização, supervisão e regulamentação do mercado de capitais. Os servidores que até hoje ocupavam as posições substituídas permanecerão no quadro permanente da autarquia.

“Estou assumindo a presidência da CVM em um momento singular para o mercado de capitais brasileiro e isso impõe responsabilidades que não podem ser adiadas”, disse Lobo. Segundo ele, o financiamento de longo prazo é predominantemente dependente do mercado de capitais. “Isso é o resultado de décadas de construção regulatória séria. Preservar e amplificar essa conquista exige que a CVM esteja à altura do que o mercado e os investidores esperam dela.”

Desafios

A renovação da liderança técnica é, para Otto Lobo, o primeiro passo de uma agenda mais ambiciosa. O principal desafio que a nova gestão se propõe a enfrentar é a transformação digital do mercado de capitais – e a necessidade de que a CVM esteja equipada para supervisioná-lo à altura.

“O mercado está mudando de forma dramática e acelerada. Tokenização e inteligência artificial estão reconfigurando a forma como ativos são emitidos, negociados e custodiados. A CVM precisa regular dois mercados em paralelo (o tradicional e o tokenizado) sem parar nenhum dos dois. E para isso precisamos investir pesado em tecnologia e em pessoas com o perfil certo”, afirma Lobo.

Os investimentos em tecnologia previstos para os próximos meses se

apoiam em uma perspectiva orçamentária significativamente mais robusta do que a que a autarquia teve historicamente à sua disposição. O destino desses recursos já está definido: pessoas, infraestrutura, sistemas e capacitação.

Esses recursos serão aplicados, prioritariamente, na construção de uma infraestrutura de supervisão de mercado capaz de monitorar simultaneamente o ambiente tradicional e a camada on-chain dos ativos digitais – com ferramentas de market surveillance, análise de blockchain e rastreamento de risco de transações impulsionadas por inteligência artificial. “A supervisão baseada em IA, capaz de cruzar dados on-chain e off-chain e detectar manipulação em mercados tokenizados em tempo real, deixou de ser uma aspiração: é o padrão que vamos perseguir”, disse o presidente.

Justiça de Bahamas autoriza bloqueio de ativos de Vorcaro

Após reconhecer oficialmente o processo de liquidação extrajudicial do Banco Master decretado no Brasil pelo Banco Central, a Justiça das Bahamas autorizou o liquidante brasileiro a rastrear e bloquear ativos, fundos e *offshores* utilizados pelo grupo e seu controlador, Daniel Vorcaro.

O escândalo envolve a Operação Compliance Zero da Polícia Federal, que investiga um rombo bilionário, movimentações de recursos para o exterior e suspeitas de que empresas do grupo tenham financiado produções cinematográficas e atividades políticas. Como as Bahamas são um conhecido centro financeiro internacional, esse reconhecimento jurídico fecha o cerco contra a ocultação de patrimônio.

BRB

Em Brasília, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado ouviu o presidente do Banco de Brasília (BRB), Nelson Antônio de Souza, em audiência pública nesta terça-feira. Ele foi convidado a prestar esclarecimentos sobre as operações realizadas entre o BRB e o Banco Master, seus desdobramentos e impactos.

A audiência foi solicitada pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF). Na justificativa do requerimento (REQ 47/2026-CAE), a parlamentar afirma que a comissão precisa avaliar aspectos relacionados à governança, à gestão de riscos, à transparência das informações e aos mecanismos de supervisão e controle envolvidos nas operações analisadas. Ela também destaca a im-

portância de obter informações atualizadas sobre as medidas adotadas pela atual gestão do BRB.

“A presença do presidente do BRB nesta comissão permitirá não apenas esclarecer os fatos já conhecidos, mas também fornecer informações atualizadas sobre a situação do banco, as medidas corretivas implementadas e os mecanismos de prevenção adotados”, afirmou Damares.

Nelson Antônio de Souza confirmou que o BRB precisa de R\$ 8,8 bilhões para fazer frente a “possíveis perdas” decorrentes de negócios feitos com o Banco Master, do banqueiro Daniel Vorcaro. Segundo Souza, o “provisionamento” ou “capitalização” funcionará como uma reserva necessária para preservar o fôlego financeiro da instituição, evitando a quebra do banco.

O valor foi calculado após uma auditoria interna descobrir que, dos R\$ 30 bi em títulos comprados do Master, ao menos R\$ 8,8 bi podem estar perdidos. Destes, pelo menos R\$ 2,6 bi não têm lastro, ou seja, não há nenhuma garantia real do BRB ser reembolsado.

Para cobrir o rombo e acalmar os correntistas e o mercado, o Governo do Distrito Federal (GDF), principal acionista do banco, com 53,7% das ações, estruturou um Projeto de Lei que, se aprovado pela Câmara Legislativa do DF, o autorizará a fazer um empréstimo de R\$ 6,6 bi ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) - uma entidade privada mantida com as contribuições obrigatórias de bancos públicos e privados. A operação foi homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no fim de maio.

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444



Música no Museu

CONCERTOS de OUTONO JUNHO 2026



Norma Cali

Consultoria Produção

Apoio



Planos de saúde faturaram um pouco menos no 1T26

Lucro líquido: R\$ 6,3 bi contra R\$ 7,1 bi do mesmo período de 2025

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia que regula os planos de saúde, divulgou, nesta terça-feira (9), os dados econômico-financeiros dos planos de saúde referentes ao 1º trimestre de 2026. As receitas totais do setor totalizaram R\$ 101 bilhões no período. O lucro líquido acumulado foi de R\$ 6,3 bilhões, o que corresponde a cerca de 6,2% da receita total.

O resultado é um pouco menor do que o registrado no 1º trimestre de 2025, quando o lucro chegou a R\$ 7,1 bilhões, o maior

valor da série histórica em termos nominais. Ao todo, 77,7% das operadoras (604 entidades) encerraram o trimestre com resultado líquido positivo, mesmo patamar do 1º trimestre do ano anterior.

“O setor segue apresentando resultados positivos, com estabilidade em relação ao ano anterior e a maior parte das operadoras operando com lucro. Com a atualização do Atlas, também avançamos na transparência sobre o funcionamento do mercado e no acompanhamento da concorrência do setor”, desta-

cou o diretor de Normas e Habilitação das Operadoras, Jorge Aquino.

As operadoras médico-hospitalares, que formam o principal segmento do setor, alcançaram, juntas, lucro líquido de R\$ 6 bilhões no 1º trimestre de 2026. O resultado operacional agregado, que considera as receitas e despesas diretamente ligadas à operação dos planos, foi positivo em R\$ 3,4 bilhões.

A sinistralidade (percentual da receita usado para cobrir despesas assistenciais) chegou a 81%, ficando 1,8 ponto percentual acima

do registrado no 1º trimestre de 2025. Esse resultado foi influenciado por fatores atípicos para o período, como: o reconhecimento de provisão técnica voluntária por uma das maiores operadoras do setor; e o aporte de recursos pelo mantenedor de uma operadora de autogestão.

Na prática, isso significa que cerca de 81% do valor das mensalidades foi destinado ao pagamento de atendimentos, exames e tratamentos. Mesmo com o aumento, esse ainda é o segundo menor nível registrado desde 2020. Ao analisar por porte, destaca-

-se o aumento do resultado operacional das operadoras de pequeno porte, que mais que triplicou em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por fim, em um cenário de juros elevados, as aplicações financeiras das operadoras médico-hospitalares totalizaram R\$ 140,5 bilhões ao fim de março de 2026, permanecendo como uma fonte relevante de receita adicional, que contribuiu fortemente com o lucro final. O resultado financeiro do setor no trimestre foi de R\$ 3,6 bilhões, repetindo o maior da série histórica

em termos nominais registrado no ano anterior.

Atlas Econômico-Financeiro A ANS também atualizou o Atlas Econômico-Financeiro da Saúde Suplementar, publicação que ajuda a entender como está a concorrência no setor. O painel reúne informações como: índices de concentração de mercado, operadoras com as maiores participações e a quantidade de planos disponíveis. Os dados são apresentados para 148 mercados relevantes, considerando planos individuais/familiares, coletivos por adesão e coletivos empresariais.

Inep analisa 100 dias de guerra entre EUA e Irã

Há efeitos da guerra - envolvendo EUA, Israel e Irã - no mercado energético e político do Brasil. “A reflexão parte da compreensão de que as interrupções no fluxo energético internacional geraram forte volatilidade nos mercados, elevando os preços do petróleo, gás natural e fertilizantes”, destaca o boletim Inep (publicação do Instituto de Estudos Estratégicos

de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis/ Inep) deste mês. O dia 8 de junho marcou 100 dias do início da guerra, iniciada em 28 de fevereiro de 2026.

A publicação destaca que os efeitos sobre a economia mundial demonstram que os combustíveis fósseis continuam desempenhando papel central, mesmo em meio à transição energética.

No cenário nacional, os impactos são contraditó-

rios. De um lado, os preços mais elevados ampliam as receitas de exportação e fortalecem a posição do país como importante fornecedor global de petróleo. De outro, a dependência da importação de derivados, especialmente diesel e fertilizantes, somada à privatização de ativos estratégicos como refinarias, Liquigás e BR Distribuidora, expõe vulnerabilidades que limitam a capacidade de respos-

ta a choques externos.

Segundo o Inep, a rápida atuação do governo, com medidas emergenciais para conter os preços, como isenções tributárias, subvenções e ampliação da fiscalização, foi importante para evitar uma escalada inflacionária maior. No entanto, essas ações precisam ser acompanhadas por medidas estruturais que ampliem a capacidade produtiva nacional e recuperem eles estratégicos da cadeia energé-

tica, fortalecendo a atuação estatal “do poço ao posto”.

A sessão de dados mostra que a produção de derivados da Petrobras atingiu 1,96 milhão de barris por dia (b/d) em abril de 2026, o maior volume registrado nos últimos 12 meses. “Em momentos de crise, torna-se ainda mais evidente a importância de uma empresa estatal forte. Apesar das privatizações, a Petrobras continua sendo o principal

instrumento de segurança energética do país. Nos últimos 12 meses, o Brasil produziu, em média, 73,7% dos derivados que consumiu, sendo a Petrobras responsável por 83,82% dessa produção. No caso do diesel, sua participação alcançou 86,20%”, observou a publicação. Leia o boletim completo em: https://inep.org.br/wp-content/uploads/2026/06/Boletim-Inep-no-37_VI.pdf

BOSQUE MEDICAL CENTER S.A.
CNPJ/MF nº 04.684.365/0001-33 - NIRE 33.300.356.584
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2026

1. Hora, Data e Local: As 11h do dia 22 de maio de 2026, na sede social do Bosque Medical Center S.A. (“Companhia” ou “Bosque”), localizada na Avenida Jorge Curi, nº 550, Bloco A, sala 241, Barra da Tijuca, cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.775-001. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista a presença da acionista única da Companhia, representando a totalidade do seu capital social. **3. Mesa:** Para presidir os trabalhos, a acionista indicou o Sr. **Kewton Esper Aragão**, que convidou a Sra. **Francileuda Lima Caminha Dias** para secretariá-los. **4. Ordem do Dia:** A acionista da Companhia realiza essa assembleia para deliberar sobre: **(i)** a alteração das atividades da Matriz da Companhia e a consequente alteração do *caput* do Artigo 4º do Estatuto Social; **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** a autorização a Administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores; **5. Deliberações:** Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, a acionista da Companhia deliberou o quanto segue: 5.1. Aprovar a alteração das atividades da Matriz da Companhia inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.684.365/0001-33, que passará a exercer as atividades conforme abaixo descritas: **MATRIZ:** Avenida Jorge Curi, nº 550, Bloco A, sala 241, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.775-001, **CNPJ:** 04.684.365/0001-33. **ATIVIDADE LOCAL:** Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; Incorporação de empreendimentos imobiliários; e Aluguel de imóveis próprios residenciais e não residenciais. 5.1.1. Atto contínuo, o *caput* do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia é alterado e passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração e administração de estabelecimentos hospitalares; (ii) incorporação imobiliária; e (iii) locação de imóveis próprios.”. 5.2. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, anexo à presente ata. 5.3. Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações acima aprovadas. **6. Encerramento:** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e sua publicação com omissão da assinatura das acionistas, nos termos do §1º e §2º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **Presença:** Med Property LLC. **Certifico que a presente é a cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.** Rio de Janeiro, 22 de maio de 2026. **MESA:** **Kewton Esper Aragão** - Presidente. **Francileuda Lima Caminha Dias** - Secretária.

ESTATUTO SOCIAL BOSQUE MEDICAL CENTER S.A. CNPJ/MF nº 04.684.365/0001-33 - NIRE: 33.300.356.584. **Anexo.Capítulo I – Denominação, Sede Social e Duração. Artigo 1º.** A Companhia é uma sociedade anônima regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), cuja denominação social é **BOSQUE MEDICAL CENTER S.A.** (“Bosque” ou “Companhia”). **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Jorge Curi, nº 550, Bloco A, sala 241, Barra da Tijuca, CEP: 22.775-001, podendo a mesma, por deliberação dos acionistas ou por deliberação exclusiva de sua Diretoria, abrir e/ou encerrar filiais em qualquer parte do território nacional. **Artigo 3º.** A duração da Companhia será por tempo indeterminado. **Capítulo II – Objeto. Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração e administração de estabelecimentos hospitalares; (ii) incorporação imobiliária; e (iii) locação de imóveis próprios. **Capítulo III – Capital Social. Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 1.588.149.684,20 (um bilhão, quinhentos e oitenta e oito milhões, cento e quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), dividido em 1.630.224.987 (um bilhão, seiscentos e trinta milhões, duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente. Caso algum acionista desista, por escrito, do seu direito de preferência, ou, se consultado, não se manifestar dentro de 30 (trinta) dias contados da data da consulta, caberá aos demais acionistas, na proporção das ações possuídas, o direito à subscrição dessas ações. **Parágrafo 2º** - A subscrição de ações do capital para integralização a prazo fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Diretoria. **Parágrafo 3º** - Cada ação é indivisível e confere o direito a um voto nas deliberações sociais, que serão sempre tomadas por maioria de votos, salvo se previsto de forma diversa em lei ou neste estatuto social. **Parágrafo 4º** - Após integralizado o capital social da Companhia e deliberado o seu aumento, os Acionistas terão até 30 (trinta) dias para exercer o seu direito de preferência para participar do aumento do capital social, na proporção de sua participação. Os acionistas que tenham interesse em participar do aumento do capital deverão fazê-lo mediante aviso, por escrito, à Diretoria da Companhia. Decorrido o prazo para o exercício do direito de preferência previsto neste parágrafo, a Diretoria deverá convocar uma Assembleia para deliberar sobre a modificação do capital social. **Parágrafo 5º** - Os acionistas somente poderão ceder o seu direito de preferência, total ou parcialmente, a outros acionistas ou a terceiros com a aprovação de acionistas representando a maioria do capital social. **Capítulo IV – Da Administração. Artigo 6º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída por até 3 (três) Diretores, em conjunto ou isoladamente, que poderão ser acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, e deverão ser eleitos pela Assembleia Geral por, no mínimo, metade do capital

social com direito a voto, sendo (i) 01 (um) Diretor Presidente; (ii) 01 (um) Diretor Vice- Presidente; e (iii) 01 (um) Diretor sem Designação Específica. **Artigo 7º.** A administração da Companhia caberá, em conjunto, aos não acionistas (i) o Sr. **ANDERSON LUIS DE ALVARENGA NASCIMENTO**, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade nº M**42497, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº ***.133.736-**, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente**; (ii) o Sr. **KEWTON ESPER ARAGÃO**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade nº M5.**8.73*, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.828.186-**, para ocupar o cargo de **Diretor Vice-Presidente**; e (iii) a Sra. **FRANCILEUDA LIMA CAMINHA DIAS**, brasileira, casada, enfermeira, portadora da carteira de identidade nº ***.310.626-X, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº ***.514.338-**, para ocupar o cargo de **Diretora sem Designação Específica**, todos com endereço comercial na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, Torre B, 8º andar, Empreendimento EZ Towers, Vila São Francisco, CEP 04711-904, que representarão a Companhia, em conjunto, ativa e passivamente perante qualquer órgão ou pessoa jurídica de natureza pública ou privada, podendo ainda nomear representantes legais para ações ou processos específicos, bem como indicar preposto, representante legal e nomear procuradores em geral, que poderão assinar, em conjunto, com os poderes e atribuições de plena gestão, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos acionistas ou de terceiros. **Parágrafo 1º** - Todos os documentos de responsabilidade da Companhia, tais como: cheques, notas promissórias, contratos de empréstimos e outros compromissos semelhantes, serão sempre assinados por: (a) por quaisquer dois **Diretores**, em conjunto, (b) por qualquer Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, (c) por dois procuradores nomeados pela Companhia para tal fim, nos termos do art. 1.018 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), ou (d) por um procurador nos mandatos com cláusula “ad judicia”, bem como naqueles que demandem poderes específicos por exigência legal ou a critério da Companhia observando o que estabeleçam os parágrafos seguintes. **Parágrafo 2º** - O prazo de gestão de cada Diretor será de até 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 3º** - Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores. **Parágrafo 4º** - Os **Diretores** serão nomeados e destituídos mediante a expressa anuência dos acionistas detentores da maioria das ações representativas do capital social. A investidura dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de gestão. **Parágrafo 5º** - O endosso de cheques para depósito em contas bancárias em nome da Companhia será assinado pelos **Diretores** ou por qualquer um dos procuradores com poderes para tanto. **Parágrafo 6º** - Aos **Diretores**, aos acionistas e aos procuradores é vedado dar fiança, endossar, aceitar ou avalizar títulos de qualquer natureza, estranhos aos interesses sociais, em nome da Companhia, no entanto é permitido à Companhia ser garantidora (fiadora ou avalista) de obrigações contratuais e financeiras de sociedades pertencentes ao mesmo grupo societário da Companhia. **Parágrafo 7º** - Os **Diretores** estão dispensados de prestar caução em garantia ao fiel desempenho de suas funções. **Parágrafo 8º** - As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por quaisquer dois Diretores em conjunto e deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. **Parágrafo 9º** - A remuneração de todos os **Diretores** será estabelecida em Assembleia Geral. **Artigo 8º.** Compete aos **Diretores** a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Estatuto Social, para tanto dispondo, entre outros poderes, dos necessários para: a) zelar pela observância da lei, deste Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações das sócias; b) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, podendo comprar, vender, permutar, onerar ou por qualquer outra forma adquirir bens móveis ou imóveis da sociedade, determinando o respectivos preços, termos e condições; e c) expedir regimentos internos, regulamentos e outras normas da mesma natureza no tocante à administração da sociedade. **Artigo 9º.** Compete à **Diretoria:** a) Administrar e gerir os negócios da Companhia; b) Rever e atualizar as práticas de administração e gestão da Companhia, tendo em vista as necessidades de ampliação dos negócios, as modernas técnicas de administração e as conquistas da medicina; c) Aprovar a abertura e encerramento de filiais, escritórios, e quaisquer outros estabelecimentos relacionados ao objeto social da Companhia, no País ou no exterior; d) Cumprir as disposições contidas neste Estatuto Social e as deliberações das acionistas aprovadas na forma da lei ou deste Estatuto Social; e e) Submeter anualmente à apreciação dos acionistas as contas da administração, o relatório dos auditores independentes, se houver, e a proposta de aplicação dos resultados obtidos. **Artigo 10.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de quaisquer dos acionistas, administradores, procuradores, prepostos ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 11.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, o qual poderá ser instalado nos exercícios sociais a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações de emissão da Companhia. **Parágrafo 1º** - O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificados, e igual número de suplentes, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral, na forma da lei. **Parágrafo 2º** - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, pelo respectivo suplente. **Parágrafo 3º** - Em caso de vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, deverá ser eleito novo

conselheiro, na forma da lei. **Parágrafo 4º** - Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, operar-se-á a vacância do cargo quando o membro do Conselho Fiscal deixar de comparecer, sem justa causa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) intercaladas, no exercício anual. **Parágrafo 5º** - Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício das funções. **Parágrafo 6º** - O Conselho Fiscal terá as atribuições previstas em lei. **Capítulo VI – Das Assembleias Gerais. Artigo 12.** A Assembleia Geral reunir-se-á: (i) ordinariamente, na forma da lei, e (ii) extraordinariamente, sempre que, mediante convocação, os interesses sociais aconselharem ou exigirem a manifestação dos acionistas. **Artigo 13.** Além das matérias previstas em lei, competirá à Assembleia Geral resolver os casos omissos no presente Estatuto Social, observadas as disposições da Lei nº 6.404/76. **Artigo 14.** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria da Companhia, ou de acordo com os demais casos previstos em lei. **Parágrafo Único** - Em primeira convocação, a Assembleia Geral será instalada com a presença de acionistas representando a metade do capital votante mais uma ação ordinária da Companhia, exceto nos casos em que a lei exigir *quorum* maior e, em segunda convocação, com qualquer número. **Artigo 15.** Os anúncios de convocação, publicados na forma e nos termos da lei, conterão, além do local, data e hora da Assembleia Geral, a ordem do dia explicitada e, no caso de reforma do Estatuto, a indicação da matéria. **Artigo 16.** A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral será constituída por um Presidente e por um Secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. **Artigo 17** - Os acionistas far-se-ão presentes à Assembleia Geral, pessoalmente ou por representante legal constituído há menos de 1 (um) ano e que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. **Parágrafo Único** - Se o acionista se fizer representar por representante legal ou por procurador constituído, deverá este provar tal qualidade, apresentando ao Presidente da Mesa os documentos que o credenciem. **Artigo 18.** Todas as deliberações sociais, com exceção das matérias que exijam *quorum* qualificado previsto em lei ou neste Estatuto Social, serão tomadas pelo voto dos acionistas que representem a maioria do capital social. **Artigo 19.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas. **Capítulo VII – Exercício Social, Balanço, Lucros e Sua Aplicação. Artigo 20.** O exercício social terá a duração de um ano, terminando no dia 31 de dezembro. **Artigo 21.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as seguintes demonstrações financeiras, exprimindo com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício: I – Balanço Patrimonial; II – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; III – Demonstração do Resultado do Exercício; e IV – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **Artigo 22.** O resultado apurado, após dedução dos prejuízos acumulados – se houver – e da provisão para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro, constituirá o lucro líquido do exercício. **Artigo 23.** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal – até que a mesma atinja 20% (vinte por cento) do capital social –, e até 70% (setenta por cento) terá a destinação que lhe for atribuído pela assembleia geral. **Artigo 24.** A Companhia distribuirá anualmente como dividendo obrigatório 2,5% (dois e meio por cento) do lucro líquido definido no artigo 19 deste Estatuto, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) cota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. **Parágrafo 1º** - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. **Parágrafo 2º** - A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor dos dividendos. **Artigo 25.** Os dividendos ou juros sobre o capital próprio serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de deliberação de seu pagamento, prescrevendo o direito ao seu recebimento, por parte do acionista que não o exercer, no prazo de 3 (três) anos, a contar da data de início de pagamento de cada dividendo ou juros. **Artigo 26.** A Companhia poderá levantar balanços intermediários, mensais, bimestrais, trimestrais ou semestrais para a verificação dos negócios sociais e distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços intermediários, desde que obedecidas as disposições legais em vigor. **Capítulo VIII – Liquidação, Dissolução e Extinção. Artigo 27.** A Companhia entra em liquidação, dissolução e extinção nos casos previstos em lei ou neste Estatuto. **Parágrafo Único** - A Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação e a instalação do Conselho Fiscal, que deve funcionar durante o período de liquidação. **Capítulo IX – Disposições Finais e Transitórias. Artigo 28.** A Companhia observará os acordos de acionistas que venham a ser arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou a oneração e/ou a cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas. Jucejra nº 7821519, em 08/06/2026. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.